

O presente estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla em andamento, intitulada “Participação Popular e Desenvolvimento: um estudo a partir dos processos político-pedagógicos no orçamento participativo no Rio Grande do Sul (2011-2014)” vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação da UNISINOS. O objetivo geral consiste em aprofundar o conhecimento de processos pedagógicos não formais e a sua contribuição para a formação da cidadania, tomando como foco as perspectivas e dimensões de desenvolvimento explícitos ou implícitos nas discussões e nas decisões tomadas através do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã (SEPPC) com ênfase no Orçamento Participativo (OP/RS). A pesquisa está fundamentada na metodologia da pesquisa participante, sendo os objetivos e o processo da pesquisa discutidos com os gestores do SEPPC. Em 2011, iniciamos o acompanhamento de diversos movimentos realizados pelo governo do Estado para discutir e elaborar a implantação do SEPPC. Este acompanhamento proporcionou o levantamento de dados através de questionários e gravações em áudio e vídeo, e a coleta de cartilhas e documentos oficiais. O foco deste estudo serão cinco assembleias públicas municipais do orçamento participativo 2013, do estado do Rio Grande do Sul, nas regiões do Vale do Caí, Vale dos Sinos e Delta do Jacuí. O objetivo específico consiste em identificar as formas e espaços de participação que existem nas assembleias municipais. Nessa análise inicial serão utilizados os relatórios e as gravações existentes nos arquivos da pesquisa e o material produzido pelo governo do estado. O passo seguinte consistirá em confrontar as informações levantadas no campo empírico com a bibliografia já produzida ao que se refere ao OP/RS, utilizando-se também de sistematizações de outras experiências e estudos sobre participação. O estudo encontra-se em fase inicial de análise, mas já aponta para existência de tensões no que se refere ao acesso aos espaços de participação e a forma de organização desses espaços. Uma dessas tensões diz respeito à possibilidade de diálogo como estratégia educativa, desde a divulgação das assembleias até as definições das demandas municipais.